

Ética na docência universitária: a caminho de uma universidade pedagógica?

Terezinha Azerêdo Rios

Ética como dimensão da docência

Ética na docência universitária: a caminho de uma universidade pedagógica?

Na configuração da prática pedagógica, é possível explicitar as dimensões da competência dos professores – *técnica, estética, política e ética*. E tornam-se mais claras as exigências para um trabalho docente de boa qualidade: além de um domínio do conhecimento de uma determinada área e de estratégias para socializá-lo, um conhecimento de si mesmo e dos alunos, da sociedade de que fazem parte, das características dos processos de ensinar e aprender, da responsabilidade e do compromisso necessário com a construção da cidadania e do bem comum (RIOS, 2008a).

A ética é a dimensão *fundante* do trabalho competente, uma vez que no espaço da ética, somos levados a questionar a finalidade do trabalho educativo, a sua significação, o seu *sentido*: Para que ensinamos? Para que realizamos nosso trabalho? Que valores estão presentes em nossas ações? Que princípios fundamentam essas ações?

É importante, para seguir adiante, estabelecer a diferença entre os conceitos de *ética* e *moral*. Enquanto a moral se constitui num conjunto de prescrições – normas, regras, leis – que orientam as ações e relações dos indivíduos em sociedade e que, portanto, tem um caráter normativo, a ética é a *reflexão crítica sobre a moral*, é o olhar agudo que procura descobrir os fundamentos dos valores, tendo como referência a dignidade humana e como horizonte a construção do bem comum.

É com base nos princípios da ética que avaliamos mais amplamente todas as dimensões de nosso trabalho. Os critérios que nos fazem estabelecer os conteúdos e os métodos, a forma como estabelecemos nossas relações com os colegas e os alunos, as escolhas que fazemos, deverão ser questionadas se não tiverem como fim último o bem comum. É aí que ganha sentido a afirmação de que a escola deve ser construtora da cidadania. E também da felicidade, que é o outro nome do bem comum.

A ética funda-se nos princípios do respeito, da justiça e da solidariedade. Todos e cada um deles apontam para a necessidade do *reconhecimento do outro*. Nós afirmamos que fazemos isso no cotidiano de nossas relações, mas, se observamos bem, com muita frequência deixamos de fazê-lo. Passamos pelas pessoas como se elas não existissem, deixamos de ouvir o que elas nos dizem, vamos adiante com o nosso discurso sem considerar a palavra, as idéias e os sentimentos dos outros.

Quando deixo de tratar o outro como *alter*, aquele que me constitui, estou considerando-o como *alienus*, alheio, o que não tem a ver comigo. Instala-se, então, a alienação no social. Penso que, ao lado da alienação do trabalho, a alienação econômica, de que falava Marx, de uma maneira tão assertiva, há uma alienação de caráter ético, que significa o não reconhecimento do outro, a desconsideração da diferença e, portanto, a impossibilidade de se instalar o diálogo, a solidariedade, a justiça.

Justiça é igualdade na diferença. Somos diferentes, homens e mulheres, brancos e negros, adultos e crianças. Mas somos iguais em direitos, iguais no direito de ter direitos, de criar direitos. Somos, portanto, diferentes e iguais. O contrário de igual não é diferente. É *desigual*, e tem uma

conotação social e política. A afirmação da identidade se dá na possibilidade da existência da diferença e na luta pela superação da desigualdade.

A solidariedade se mostra na atitude generosa de quem leva em conta os outros e os respeita em sua alteridade, independentemente de castigos ou recompensas. A solidariedade implica consideração do humano enquanto humano, do “nós” que se configura não numa soma, mas numa estreita articulação de muitos “eu”, na sua diferença e na igualdade dos direitos.

Ética na universidade

É comum a referência à presença da ética quando se fala da pesquisa na Universidade. Há em quase todas as instituições universitárias, comitês de ética na pesquisa. Mas mesmo nesse espaço, há que se verificar se efetivamente está presente uma preocupação com o caráter reflexivo da ética e com os fundamentos das investigações. Quando se constituem comitês de ética, quando se agrupam as pessoas no sentido de estarem atentas à investigação que se faz cientificamente nas nossas instituições, duas questões importantes deveriam ser colocadas: a que conduz a investigação? está em seu horizonte a realização do bem comum? É necessário perguntar continuamente se a pesquisa que se realiza está levando a uma ampliação da qualidade do conhecimento e da vida das pessoas que com ela estão envolvidas. É no espaço da ética que o pesquisador se pergunta sobre a finalidade última de sua investigação, sobre os usos sociais dessa investigação, sobre os compromissos implicados nos resultados (Rios, 2006).

Com essas indagações, vamos além do terreno da moral. Há uma dimensão de moralidade sempre presente nas pesquisas, como em todas as ações e relações dos indivíduos na sociedade. Entretanto, nem sempre está presente aí a ética.

Se podemos constatar a preocupação, que ainda precisa ser ampliada, com a presença da ética na pesquisa, nem sempre vemos existir essa preocupação no campo do ensino. Dando importância em primeiro lugar à dimensão técnica e isolando-a das outras dimensões, o professor acaba por não refletir sobre o sentido de seu trabalho, o compromisso aí presente e as implicações que isso tem na formação que ele realiza na Universidade.

Há poucas possibilidades de aperfeiçoar a docência universitária se não for planejada uma forte recuperação do compromisso ético que implica o trabalho docente. Muitas das deficiências que ocorrem no exercício da função de professor universitário não são ocasionadas por falta de conhecimento dos professores ou por insuficiente formação técnica, mas por consequência de um descaso no compromisso e na responsabilidade de seus protagonistas (Zabalza, 2004:129).

É a isso que se refere Freire (1997:26), quando fala na necessidade de “decência e seriedade” na docência.

Zabalza defende a existência de um código de ética para a profissão docente. Não penso como ele e como outros educadores que defendem a mesma idéia. Os códigos têm sempre um caráter normativo e não acredito que será o estabelecimento de um código que levará a um trabalho mais competente do professor universitário.

Quando falamos na necessidade da presença da ética no espaço universitário, não nos referimos à elaboração de normas (novas?) para o comportamento dos indivíduos. Que há necessidade de novas normas, que estejam regendo novas práticas, não há dúvida.

Mas, não sendo normativa, a função da ética será, exatamente problematizar as normas, procurar criar uma nova ordem, plantar sementes de um trabalho universitário que seja fecundado por valores que respondam às exigências de hoje e de sempre.

Falar em ética hoje, na universidade, constitui um desafio porque a atitude com que nos deparamos, com frequência, é o cinismo, a atitude de indiferença diante dos valores. Estamos, no dizer de Jurandir Freire Costa (1989), numa “cultura da razão cínica”: “Cínico é aquele que se obstina em demolir a esfera crítica dos valores, a pretexto de defender ‘a realidade do que é’ contra a ‘idealidade do que poderia vir a ser’” (Costa, 1989:26).

O cinismo desemboca numa desesperança, numa negação da utopia. E sem esperança, sem uma visão utópica, perde-se o sentido de um trabalho competente e eficaz. A utopia é o que *ainda não é*, mas que pode vir a ser. É na universidade que temos que encontramos as possibilidades de criar a universidade que desejamos. Santos (1995:200) já afirmara: “*Numa sociedade desencantada, o reencantamento da universidade pode ser uma das vias para simbolizar o futuro*”.

Universidade pedagógica: uma utopia?

A universidade do futuro está entre nós, sim, de alguma forma, no projeto que dela fazemos no presente. Para a construção desse projeto, é preciso explorar as potencialidades que o contexto universitário guarda, verificar as ações concretas já desenvolvidas no sentido da mudança e do crescimento, criar novos espaços de criação e desenvolvimento. Isso requer um empenho de todos que estão na universidade. Para os professores, se coloca o desafio do exame crítico constante de sua atuação, do diálogo fértil com os alunos e da busca constante de aprimoramento da qualidade do trabalho.

Cunha (200:88-89) afirma que

[...] os saberes constitutivos da profissão docente implicam consciência, compreensão e conhecimento. Sobre essas bases é que se pode estabelecer a reflexividade e, com ela, uma perspectiva mais emancipatória da profissão. [...] Sem pieguices, o que nos estimula é o semblante de nossos alunos, ávidos por um mundo melhor, provocando a nossa reação, desinstalando o nosso ceticismo, precisando acreditar no poder de sua geração, querendo ser parceiros de uma nova ordem social. Será essa a esperança de uma nova ética, que possa presidir o trabalho docente na universidade?

Dialogando com Cunha, eu diria que não se trata de construir uma “nova ética”. Embora histórica, situada num contexto específico e, portanto, sujeita a renovações, a ética tem a pretensão de que seus princípios tenham um caráter de universalidade e permanência, para além das normas que se encontram nas morais. Assim, é a “ética de sempre” que recorreríamos para afirmar, aí sim, uma *nova universidade*. Com a afirmação efetiva dos princípios éticos, teríamos condições de dar à universidade uma nova configuração, na qual a docência assumisse seu caráter pedagógico e transformador.

Para isso, é preciso que professores e alunos estejam sempre abertos ao imprevisto e à renovação. Pode-se concordar com Larrosa quando afirma:

Penso que o maior perigo para a Pedagogia de hoje está na arrogância dos que sabem, na soberba dos proprietários de certezas, na boa consciência dos moralistas de toda espécie, na tranquilidade dos que já sabem o que dizer aí ou o que se deve fazer e na segurança dos especialistas em respostas e soluções. Penso, também, que agora o urgente é recolocar as perguntas, reencontrar as dúvidas e mobilizar as inquietudes (LAROSSA, 200:8).

Acredito, como Larrosa, que a pedagogia – no nosso caso, a pedagogia universitária – deve ser ousada e cuidadosa, no sentido de encarar corajosamente o perigo da arrogância e da soberba. E, por outro lado, de não se deixar imobilizar pelo comodismo ou pela rotina. “*É como se o trabalho essencial, hoje, fosse lutar contra o seqüestro: em especial contra o seqüestro, pela rotina, daquilo que dá sentido a viver, a pesquisar, a fazer ciência, a formar gente,*

a fazer cultura” (Ribeiro, 2003:5). Anuncia-se, portanto, um horizonte promissor, quando se percebe que a pedagogia universitária traz uma provocação e abre caminhos para a reflexão sobre a necessidade de construir uma *universidade pedagógica*.

Tive a experiência de trabalhar, em Moçambique, numa instituição que tinha esse nome: Universidade Pedagógica. A denominação se deve ao fato de que a universidade destina-se especificamente a formar professores – os cursos oferecidos são licenciaturas em diversas áreas, no sentido de atender a uma necessidade premente naquele país. Quando lá trabalhava, punha-me a pensar que ainda que não fossem só licenciaturas, o nome era bonito e adequado e representava, efetivamente, o que se espera de uma instituição educativa. A proposta de levar os professores, especialistas em áreas diversas do conhecimento, a se identificar como formadores, a reconhecer que a pedagogia não habita apenas nas faculdades e nos departamentos de educação, constitui ainda um desafio a ser enfrentado corajosamente nas instituições de ensino superior. Penso que não se trata de usar pura e simplesmente a denominação, até porque se enfrentariam resistências e o essencial não se encontra no nome. Do ponto de vista ético, principalmente, trata-se de fazer valer o que nele está guardado: o compromisso com a construção de uma educação de boa qualidade, de que temos necessidade e que, sem dúvida, merecemos. É um desafio a ser humilde e esperançosamente enfrentado